

Africanos irão processar Facebook nos EUA por incitação de violência

02/05/2023

Um tribunal do Quênia decidiu que dois etíopes e uma entidade queniana podem processar a Meta, empresa controladora do Facebook, na Califórnia, EUA. Os demandantes acusam o Facebook de promover conteúdo que ampliou a violência durante a Guerra de Tigray, de novembro de 2020 a novembro de 2022, em que morreram mais de meio milhão de pessoas.



A ação judicial foi iniciada no Quênia, apesar de o conflito armado ter

ocorrido na Etiópia, notadamente na região de Tigray (ou Tigré), porque as operações de moderação de conteúdo do Facebook, para os dois países, são conduzidas no Quênia.

Os autores da ação são os pesquisadores da Etiópia Fisseha Tekle e Abrham Meareg e o Katiba Institute, um grupo de direitos humanos do Quênia.

Entre outras coisas, eles buscam responsabilizar o Facebook pela morte do professor Meareg Amare Abrha, pai do demandante Abrham Meareg, depois que postagens no Facebook estimularam ações de violência contra ele e publicaram seu endereço.

De acordo com os demandantes, vários pedidos foram feitos ao Facebook para remover conteúdo de ódio e de incitação à violência, incluindo postagens que estimularam o assassinato do professor, mas os moderadores da plataforma os ignoraram, rejeitaram ou demoraram para removê-los.

Apesar de o centro de operações da Meta/Facebook se localizar no Quênia, a empresa não tem um escritório físico no país. Cerca de 25 moderadores operam remotamente. Assim, a Justiça não tem como intimar a empresa no país para responder o processo. E essa foi a razão para o tribunal decidir que os demandantes podem processar o Facebook nos EUA.

Os autores da ação querem que a justiça force o Facebook a remover conteúdo de ódio e de incitação à violência não só na Etiópia e no Quênia, mas também nos demais países da África, relegados a segundo plano pela plataforma na tarefa de moderação de conteúdo.

Além de obrigar a Meta a investir na contratação e treinamento de pessoal para exercer essa tarefa, eles querem que a Justiça ordene a criação de um fundo de compensação para as famílias das vítimas da Guerra de Tigray, no valor de US\$ 1,6 bilhão.

Caso na Suprema Corte

No fundo dessa disputa, está o sistema de recomendação de postagens semelhantes utilizado pelo Facebook e outras plataformas de mídia social, que levam os usuários a acessar mais mensagens escritas e de vídeo que promovem o

discurso de ódio e a violência.

O sucesso ou fracasso (trancamento da ação) dos etíopes e quenianos em um tribunal dos EUA vai depender da decisão de um processo semelhante que tramita na Suprema Corte dos EUA, o caso [Gonzalez v. Google](#).

Nesse caso, a família da estudante Nohemi Gonzalez alega que o Google foi parcialmente responsável pelo ataque terrorista perpetrado pelo Estado Islâmico em Paris, em 2015, por promover vídeos do grupo no YouTube, plataforma de sua propriedade.

Tal promoção ocorreria porque o YouTube, como as demais plataformas digitais, usa algoritmos para sugerir vídeos similares aos usuários — um sistema chamado de "recomendações dirigidas".

Os autores da ação alegam que tais recomendações não são protegidas pela Seção 230 da Communications Decency Act (CDA). A lei, segundo eles, apenas isenta as empresas de mídia social de responsabilidade pelas postagens de seus usuários, e não pelas recomendações. E, portanto, as empresas poderiam ser responsabilizadas.

A Corte realizou a audiência para ouvir as partes e discutir o caso em fevereiro e deverá divulgar uma decisão até final de junho. *Com informações dos sites da TechCrunch, Aljazeera, AP e outras publicações.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-mai-02/africanos-irao-processar-facebook-eua-incitacao-violencia/>